

PARALISAÇÃO DIA 23 EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

O Governo Quêrcia perdeu uma grande oportunidade de demonstrar na prática que quer tratar as Universidades de maneira diferenciada.

Apesar de reconhecer que a arrecadação do ICM teve aumentos reais em Abril e Maio, o Governo se recusa a negociar qualquer antecipação em junho com o argumento de que o ICM de junho vai cair e de que o trimestral é a lei.

Essa lei que foi iniciativa do Governo Quêrcia e foi aprovada pelo PMDB e PFL na Assembléia, substitui o gatilho e arrocha muito mais nossos salários que aquele o fazia.

Com os cinco anos para Sarney e dada a ambição presidencial de Quêrcia, o preferido do Centrão, devemos nos preparar para resistir ao aprofundamento do arrocho que está vindo por aí.

Frente à resposta do Governo deveremos a partir desta semana participar das negociações do reajuste de julho junto com todo o funcionalismo.

Mantendo sua linha de defesa da Universidade Paulista, da manutenção da qualidade de ensino e da pesquisa a Assembléia decidiu a participação com paralisação das atividades no Campus no dia de luta em defesa do Serviço Público junto com outras entidades do funcionalismo.

Além disso estaremos na SBPC em julho articulando um abaixo-assinado das sociedades científicas em defesa das Universidades Públicas Paulistas ameaçadas pelo Governo Quêrcia.

Devemos também investigar a participação das Associações do Funcionalismo na Comissão de Acompanhamento das "possibilidades do tesouro" da Assembléia Legislativa.

C R O N O G R A M A

- 20/06 - Reunião do Comando de Mobilização e Comitê de (2º) Defesa da Universidade Pública Paulista
14 horas - ADUNICAMP
- 20/06 - Plenária do Funcionalismo
19 horas - CPP
- 23/06 - PARALISAÇÃO - Assembléia Geral (5º)
10 horas - CB-10
- MANIFESTAÇÃO -
15 horas - Largo do Rosário
- 10-17/07 - SBPC
Ato das Universidades Paulistas durante o Congresso Anual na USP
- 01-10/08 - ASSEMBLÉIA DA ADUNICAMP

GOVERNO DÁ A RESPOSTA : REAJUSTE SÓ EM JULHO

Esta é na íntegra, a resposta do Secretário Goldman às reivindicações do FORUM DAS AD's PAULISTAS:

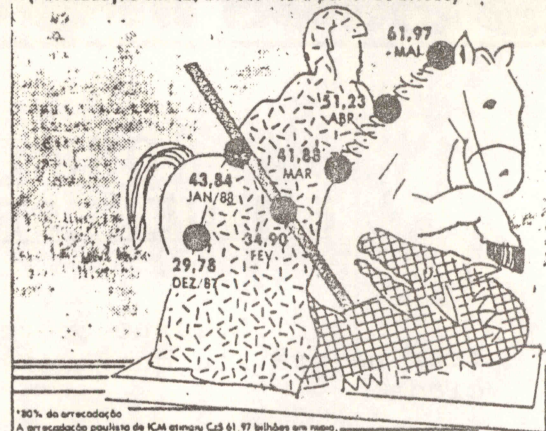
"A partir de informações obtidas em vários órgãos do Governo informamos que:

1. De acordo com a Lei em vigor o reajuste salarial para as diversas categorias do funcionalismo é trimestral, ocorrendo o próximo em julho deste ano, cuja negociação será iniciada na próxima quinzena.
2. Uma eventual antecipação para o mês corrente não é viável face a receita do Estado e sua capacidade de pagamento. Informamos aos ilustres docentes que apesar de ter havido em abril e maio um modesto crescimento na receita de ICM em valores reais, o mês de junho já se pode confirmar, marcará uma queda real acentuada e por consequência uma queda real no trimestre em curso:
3. Estamos estudando a evolução salarial dos docentes e das diversas categorias nos últimos dez anos. Poderemos a partir disso discutir a específica situação salarial das categorias que V. Sas. representam."

Indifolha

ICM SUPERA INFLAÇÃO EM SP

(Arrecadação em C\$ bilhões - cota-parte* do Estado)



*30% da arrecadação
A arrecadação paulista de ICM atingiu C\$ 61,97 bilhões em maio, 71% mais que em abril. Este taxa supera a inflação de maio (17,78%).

ASSEMBLÉIA GERAL

LOCAL: CB-10

Horário: 10:00 h

Data: 23/06/88

PAUTA:

- Escolha de Delegados aos Congressos da CUT.
- Participação ADUNICAMP no Seminário da Corrente Classista.
- Avaliação da Campanha e Atividades do mês de julho.

O QUADRO DE ESTRANGEIROS

O que você acha? MS-2 ou MS-3? A polêmica já está estabelecida e será decidida na próxima reunião do Conselho Universitário, na terça-feira, 28 de junho.

A carreira especial para professores estrangeiros, impossibilitados de prestar concurso para o Quadro Docente, deve começar em Mestre ou Doutor? A Diretoria da ADUNICAMP aprofundou essa discussão internamente e com a Representação Docente no CONSU.

Devemos ter uma forma "sui-generis" de reserva de mercado? A resposta é não. Dado que os critérios e o poder de contratação de novos docentes estão nas mãos dos Departamentos, a ADUNICAMP entende que a carreira para estrangeiros deve ser isonômica à carreira para brasileiros. Não há justificativa para colocar qualquer discriminação, além da prevista na Constituição. Os critérios de contratação devem levar em conta as necessidades dos Departamentos e a qualificação dos candidatos, independentemente de sua nacionalidade. O espaço não deve ser ocupado apenas por estrelas consagradas mas também, pelas que oferecem potencial de brilho.